



Copel Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF 04.368.865/0001-66

Inscrição Estadual 90233099-28

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copeltelecom.com

Rua José Izidoro Biazzetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

SUMÁRIO

1. PERFIL ORGANIZACIONAL	5
2. GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE	7
2.1.Estrutura de Governança	7
2.2.Integridade	8
2.3.Gestão da Sustentabilidade	10
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	11
3.1.Análise macroeconômica	11
3.2.Desempenho das atividades	11
4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO	13
4.1.Caixa e Equivalentes de Caixa	13
4.2.Receita Operacional Líquida	13
4.3.Custos e Despesas Operacionais.....	13
4.4.EBITDA ou LAJIDA	14
4.5.Resultado Financeiro	14
4.6.Endividamento	14
4.7.Lucro Líquido	14
4.8.Programa de Investimentos.....	15
5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL	16
5.1.Recursos humanos	16
5.2.Fornecedores	19
5.3.Clientes	20
5.4.Responsabilidade Socioambiental.....	20
6. BALANÇO SOCIAL	22
7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	25

MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

A transformação digital e a troca de informações online nunca foram tão intensas quanto em 2018. O usuário de internet, o cidadão, e as empresas estão cada vez mais conectados e demandando planos, produtos e serviços de conexão de telecomunicações mais robustos.

Diante desse cenário, que traz desafios e ao mesmo tempo oportunidades, a Copel Telecomunicações fortaleceu suas ações nas frentes de varejo levando a 85 cidades do Paraná o produto Copel Fibra, de internet residencial. Chegamos a Londrina, a segunda maior cidade do Estado, mas também cumprimos um papel de empresa cidadã levando a rede de fibras óticas a 17 pequenas cidades.

Ousamos ao lançar o Copel Giga, um produto único no mercado que reforça as características tecnológicas que só a Copel Telecomunicações pode oferecer: conexão firme e sem franquia de dados. A internet além do mega estava lançada.

Se os 181.167 clientes (dados de dezembro de 2018) residenciais navegam na melhor velocidade do mercado paranaense, os 5.891 clientes corporativos atendidos pelo backbone de 34,2 mil km de fibras óticas que conecta os 399 municípios do Paraná, contam com a confiança de uma rede em formato de anel que faz a redundância das conexões, e proporciona um gerenciamento de tráfego altamente confiável. Quer seja uma pequena empresa ou um grande grupo e suas filiais, a rede da Copel Telecomunicações e o datacenter oferecem a solução ideal para os clientes corporativos.

Mesmo diante de um cenário econômico de instabilidade, com inovação e a vantagem operacional e tecnológica da rede instalada, a receita bruta totalizou R\$ 584,1 milhões, crescimento de 15,9% sobre 2017. O lucro líquido alcançou R\$ 32,1 milhões, resultado 40,6% inferior ao do ano anterior. O EBITDA, importante indicador do resultado operacional, somou R\$ 121,9 milhões.

Paralelamente a todos esses movimentos, a Copel Telecomunicações atuou fortemente com seus colaboradores para disseminar a cultura da inovação e a orientação por processos reduzindo custos e entregando mais eficiência. Com esta força de trabalho também conquistamos o título de Empresa do Ano pelo Anuário Telecom, concorrendo com grandes *players* do segmento.

No campo socioambiental também tivemos avanços importantes com o projeto de reciclagem de baterias e fibras óticas descartadas, evitando um passivo ambiental e ainda gerando receita. A nossa decisão de reciclar as fibras óticas, principal componente da nossa operação, nos rendeu o Selo Sesi ODS 2018 reconhecendo a prática pela contribuição aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

Fomos a primeira das subsidiárias da Copel a zerar as emissões de CO₂. Em parceria com a empresa Biofílica, as nossas 752 toneladas de carbono foram neutralizadas dentro do escopo 1, 2 e 3 do GHG Protocol, o inventário de emissões dos gases do efeito estufa do Brasil.

Seguimos ousando e buscando novas estratégias para 2019. Com o investimento previsto de R\$ 290,2

milhões a Copel Telecomunicações deve fortalecer as características que já a fazem reconhecida no mercado: a confiança e a qualidade. O ajuste no foco das atenções e entender melhor as necessidades dos clientes vão contribuir para consolidação do papel da empresa como protagonista do setor.

Boa leitura!

Wendell Alexandre Paes de Andrade de Oliveira

Diretor da Copel Telecomunicações

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Telecomunicações S.A. (Copel Telecom ou Companhia), subsidiária integral da Copel (ou Controladora), presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, elaborando estudos e projetos focados no atendimento das necessidades da Companhia e o mercado em geral. A exploração de tais serviços se dá por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em nível nacional.

Sua participação no mercado considerando o número de acessos a nível Nacional está em 0,6%, na Região Sul 3,4% e no Estado do Paraná 8,8%.

• Prêmios e certificações em 2018

Prêmios / Certificações	Certificador
Selo ODS Sesi - Reciclagem de fibra ótica	SESI - Serviço Social da Indústria
Destaque em data center	Anuário telecom
Prêmio - Melhores em gestão	FNQ - Fundação Nacional da Qualidade
Profissionais do Ano	Organizações Globo
Certificado carbono zero	Biofíllica
Empresa do ano setor telecom	Anuário telecom
Operadora de banda larga com maior nota de satisfação geral	Anatel

• Referencial Estratégico

A Copel Telecom segue o referencial estratégico da Controladora, descrito a seguir:

Missão: Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

Visão: Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

Valores:

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.

- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

• Copel Telecom em Números

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2018	2017	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	1.272.874	1.054.741	20,7
Caixa e equivalentes de caixa	19.208	31.977	(39,9)
Dívida total	429.486	416.518	3,1
Dívida líquida	410.278	384.541	6,7
Receita operacional bruta	584.145	504.004	15,9
Deduções da receita	151.219	123.454	22,5
Receita operacional líquida	432.926	380.550	13,8
Custos e despesas operacionais	369.202	286.363	28,9
Resultado das atividades	63.724	94.187	(32,3)
Ebitda ou Lajida	121.933	133.740	(8,8)
Resultado financeiro	(24.905)	(18.863)	32,0
IRPJ/CSLL	6.699	21.272	(68,5)
Lucro operacional	38.819	75.324	(48,5)
Lucro líquido do exercício	32.120	54.052	(40,6)
Patrimônio líquido	646.544	483.195	33,8
Juros sobre o capital próprio	16.300	10.311	58,1
Dividendos	-	6.641	(100,0)
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,7	0,9	(22,2)
Liquidez geral (índice)	0,3	0,3	-
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	28,2	35,1	(19,7)
Dívida total sobre o patrimônio líquido (%)	66,4	86,2	(23,0)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	9,0	19,8	(54,5)
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	7,4	14,2	(47,9)
Participação de capital de terceiros (%)	49,2	54,2	(9,2)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) ⁽¹⁾	6,6	12,1	(45,5)

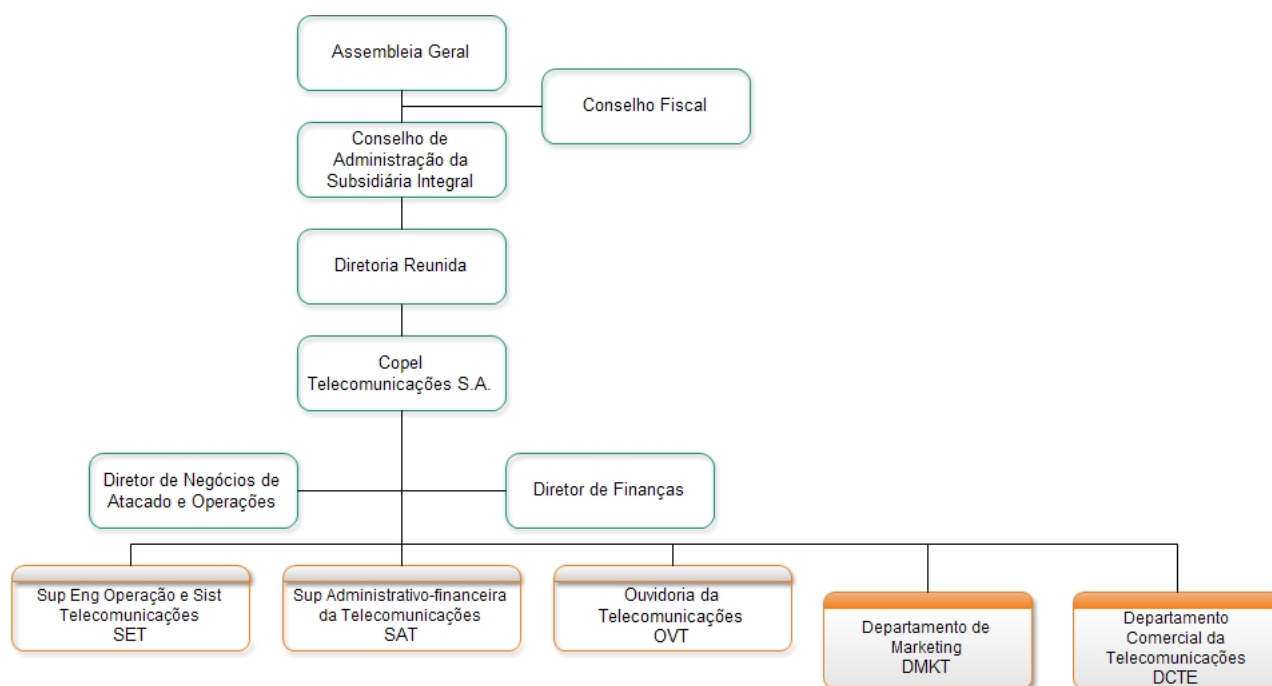
⁽¹⁾ LL ÷ (PL inicial)

2. GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A gestão da Copel Telecom tem como referência, além da Lei nº 13.303/2016, o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, a Instrução CVM nº 586/2017, as determinações da *Securities and Exchange Commission* - SEC, e a Lei Sarbanes-Oxley - SOX. A Companhia conta com uma Política de Governança Corporativa, na qual estabelece sua responsabilidade, seus objetivos e compromissos, calcados nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa., seguindo as melhores práticas do mercado e buscando os melhores resultados para as partes interessadas, conforme os procedimentos adotados pela Controladora.

2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia em 31.12.2018 é a demonstrada a seguir:



Assembleia Geral de Acionistas - AGA

A Assembleia Geral de Acionista é o fórum no qual o acionista único tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções consideradas convenientes quanto a sua defesa e seu desenvolvimento.

Conselho Fiscal - CF

O Conselho Fiscal é um órgão de funcionamento permanente de fiscalização, de atuação colegiada e individual, com as vedações, competências e atribuições previstas nas Leis Federais nº 6.404/1976 e 13.303/2016 e demais disposições legais aplicáveis.

O Conselho Fiscal é composto por 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, que serão os mesmos indicados pelo Governo do Estado do Paraná para a Companhia Paranaense de Energia - Copel, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, com mandato unificado de 02 (dois) anos, a contar da data de sua eleição, permitidas, no máximo, 02 (duas) reconduções consecutivas..

Conselho de Administração - CAD

O Conselho de Administração é órgão de deliberação estratégica e colegiada responsável pela orientação superior da Copel Telecom. O funcionamento e as competências do Conselho de Administração - CAD são estabelecidos em seu regimento interno, no Estatuto Social e na Lei das Sociedades Anônimas. O Conselho de Administração é composto por 03 (três) membros, contendo, no mínimo, o Diretor Presidente da Copel Telecom e 01 (um) Diretor da Companhia Paranaense de Energia - Copel. Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Diretoria Reunida

A Diretoria é o órgão executivo de administração e representação, cabendo-lhe assegurar o funcionamento regular da Copel Telecom, em conformidade com a orientação geral traçada pelo Conselho de Administração. A Diretoria será composta de 03 (três) membros, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas, sendo: 01 (um) Diretor Presidente; 01 (um) Diretor de Finanças e 01 (um) Diretor de Negócios de Atacado e Operações.

Além desses órgãos, a Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Comitê de Auditoria Estatutário, Conselho de Orientação Ética, Comitê de Divulgação de Atos e Fatos Relevantes e Comitê de Indicação e Avaliação.

2.2. Integridade

• Programa de Integridade

Em conformidade com o disposto na Lei nº 13.303/2016, a Controladora publicou, em 2017, seu Programa de Integridade, conjunto de mecanismos internos de integridade, ética, transparência, gestão de riscos, controles internos, *compliance*, auditoria interna e aplicação do Código de Conduta, que devem ser observados por todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais. O Programa tem como objetivo prevenir, detectar e remediar possíveis atos que tenham impacto sobre a Companhia.

A divulgação e a disseminação do Programa de Integridade e outras iniciativas de *compliance* são feitas periodicamente em meio eletrônico para toda a Companhia. A consulta a seu inteiro teor pode ser feita nos canais *online* internos e externos da Copel, por meio do Portal de Compliance.

• Práticas anticorrupção

Os processos operacionais são anualmente avaliados quanto aos riscos relacionados a erros ou fraudes que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras, sendo estabelecidos controles internos, submetidos a testes pela Auditoria Interna e pelo Auditor Independente, com resultados relatados à Administração. Levando em conta o número de processos mapeados para atendimento à Lei Sarbanes Oxley, 100% das operações da Copel Telecom foram submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.

A Companhia desenvolve, ainda, atividades voltadas à manutenção do ambiente de controles internos e ao cumprimento dos requisitos legais e regulatórios vigentes, especialmente da SOX. A estrutura de controles internos segue os padrões do COSO, que é um quadro de referência reconhecido internacionalmente. A Copel Telecom utiliza ferramentas disponibilizadas pelo sistema ERP-SAP.

• Canais de denúncia

Visando acolher opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas pessoais, a Copel Telecom disponibiliza canais de comunicação, que além de contribuir para o combate a fraudes e corrupção, também ampliam o relacionamento da organização com as partes interessadas. Maiores detalhes no Relatório da Administração da Controladora.

• Auditoria Externa

Em relação à Auditoria Externa, da mesma forma, a Copel Telecom segue diretrizes de Governança Corporativa da Controladora, que por sua vez segue os termos estabelecidos pela Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, norma interna de Governança Corporativa e revisão e supervisão do Comitê de Auditoria.

A Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 21.03.2016, para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Os trabalhos necessários à avaliação do ano fiscal se estenderão até 30.06.2019, data que corresponderá ao seu término, podendo ser prorrogado formalmente em até 24 meses.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Instrução CVM nº 308/1999, e/ou o disposto na Lei 8.666/1993 - "Lei das Licitações".

2.3. Gestão da Sustentabilidade

Os desafios da sustentabilidade são parte do referencial estratégico da Copel Telecom, contidos na missão e visão de negócios. São etapas dessa estratégia a busca permanente por melhorar o desempenho da área de sustentabilidade, bem como sua comunicação com as partes interessadas e a gestão de temas e indicadores.

A Companhia acredita que a sustentabilidade deve gerar valor e minimizar os impactos negativos potenciais de sua operação. Com esse posicionamento, atrelado à gestão dos recursos naturais, a Copel Telecom procura harmonizar os aspectos econômicos, sociais e ambientais de suas atividades. Para promover essa conduta e compromisso, a Controladora conta com uma área de sustentabilidade empresarial na Diretoria de Relações Institucionais, que coordena as ações corporativas, sendo que seu Relatório de Sustentabilidade é aprovado pelo Conselho de Administração.

Suas ações são orientadas pela sua Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial, que tem como princípios: Comprometimento, Atitude proativa diante da lei, Diálogo, Comunicação e transparência, Respeito à dinâmica socioambiental, Responsabilidade individual e Valorização da diversidade.

A Companhia tem assumido, ao longo de sua trajetória, compromissos voluntários que são reconhecidos mundialmente como boas práticas:

- Agenda 2030
- Pacto Global
- Programa Cidades do Pacto Global
- Movimento Nacional ODS Nós Podemos
- Declaração: Chamada à Ação para os Governos no Combate à Corrupção
- Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção
- Princípios para Educação Executiva Sustentável - PRME

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Análise macroeconômica

O Brasil fechou o ano de 2018 com 31,1 milhões de acessos em banda larga fixa, crescimento de 7,9% em relação a dezembro de 2017. Desse total, 18,6% dos acessos representavam o uso de tecnologia de fibra óptica. Segundo dados divulgados pela Anatel, houve um incremento de 2,14 milhões de assinaturas em 2018, representando um crescimento de 7,4% em relação ao ano anterior.

Nas operadoras de telefonia, que vem perdendo receitas de voz, esse mercado tem sido uma saída lucrativa. Tal quadro tem se apresentado por influência de fatores como a retração econômica e uma gradual mudança de hábito do usuário, que tem se limitado ao uso de apenas um chip no celular e pelo surgimento de novas tecnologias, que evitam o uso de serviços de voz. Assim, o número de linhas ativas de telefonia móvel no final de 2018 era de 229,2 milhões, apresentando uma queda de 3,1% em relação a dezembro de 2017. Da mesma forma, as empresas autorizadas e concessionárias do serviço de telefonia fixa registraram 37,4 milhões de linhas em 2018, o que representou uma queda de 5,2% em relação ao ano anterior. Em relação às tecnologias utilizadas na telefonia móvel, o número de acessos a dados pela tecnologia 4G (LTE) em relação a dezembro de 2017 teve o aumento de 27,0%.

Embora a internet banda larga fixa esteja presente em todo o país, ela ainda é pouco massificada. Segundo análise de dados divulgados pela Anatel, 46 cidades (0,9% do total de municípios) concentram 50,1% da banda larga fixa no Brasil. A região Sul é responsável por 18,7% dos acessos nacionais. No *ranking* nacional, o Estado do Paraná ocupa a quarta posição com 7,3% do *Market Share*, sendo o primeiro da região.

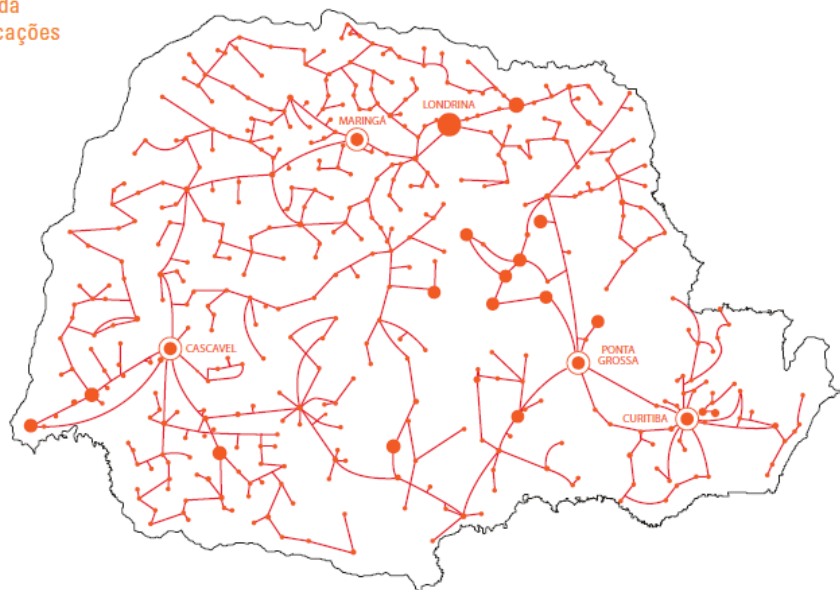
3.2. Desempenho das atividades

A Copel Telecom é responsável pelo fornecimento dos serviços de telecomunicações no Paraná. Desde 1998, a Companhia detém a licença para explorar estes serviços e oferecer a mais alta tecnologia para empresas, poderes públicos e no varejo para clientes residenciais em 85 cidades.

Por meio de sua robusta rede de fibras óticas que formam um backbone de 34,2 mil km, transporta dados em ultravelocidade e gerencia um anel óptico que atende com confiança aos 399 municípios do Paraná para clientes de pequenas, médias e grandes empresas com um portfólio de produtos de transporte de dados, voz e datacenter.

Do campo tecnológico para o social e ambiental, a Copel Telecom segue dando bons exemplos com os projetos de reciclagem de baterias e fibras óticas. Só em 2018 foram 69 toneladas de materiais reciclados. Pensando nas próximas gerações de usuários de internet e cidadãos do futuro, a Copel Telecom conecta 2.300 escolas estaduais com internet e desenvolve um programa de combate à prática do *cyberbullying* por meio do programa Internet Sem *Bullying*. Fechou 2018 zerando as emissões de 752 toneladas de carbono decorrentes das atividades em parceria com a empresa Biofilica.

Mapa de atuação da
Copel Telecomunicações



4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de caixa e equivalentes de caixa em 2018 e 2017 totalizaram R\$ 19,2 milhões e R\$ 32,0 milhões respectivamente. Esta variação foi provocada pela geração de R\$ 134,7 milhões com as atividades operacionais, à utilização de R\$ 288,8 milhões nas atividades de investimento e R\$ 141,3 milhões gerados pelas atividades de financiamento.

4.2. Receita Operacional Líquida

Em 2018, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 52,4 milhões, representando 13,8% de aumento em relação a 2017. Tal variação decorre principalmente do aumento do número de clientes, sobretudo no mercado varejo com o produto COPEL Fibra.

4.3. Custos e Despesas Operacionais

Tiveram acréscimo de R\$ 82,8 milhões em 2018, representando um aumento de 28,9%, influenciados, principalmente por:.

- 1) Acréscimo de R\$ 23,5 milhões em **Serviços de Terceiros** em virtude principalmente do maior custo com a contratação de serviços de comunicação, processamento e transmissão de dados, e outros serviços como atendimento a consumidores.
- 2) Acréscimo de R\$ 18,7 milhões em **Depreciação e Amortização**, devido à transferência de imobilizado/intangível em curso para o imobilizado/intangível em serviço de R\$ 683,0 milhões neste exercício.
- 3) Acréscimo de R\$ 44,6 milhões em **Outros custos e despesas operacionais**, devido principalmente às perdas na desativação do imobilizado/intangível no valor de R\$ 36,0 milhões.

4.4. EBITDA ou LAJIDA

Em R\$ milhões	2018	2017
Lucro líquido	32.120	54.052
IRPJ e CSLL diferidos	(17.576)	(538)
IRPJ e CSLL	24.275	21.810
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	24.905	18.863
Lajir/Ebit	63.724	94.187
Depreciação e Amortização	58.209	39.553
Lajida/Ebitda	121.933	133.740
Receita Operacional Líquida - ROL	432.926	380.550
Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)	28,2%	35,1%

O Ebitda da Copel Telecom em 2018 foi R\$ 121,9 milhões, apresentando decréscimo de R\$ 11,8 milhões em relação a 2017, o que representa 8,8% de variação.

4.5. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou variação negativa de R\$ 6,0 milhões devido ao aumento de 35,9% em despesas financeiras proveniente principalmente da variação monetária, cambial e encargos da dívida.

4.6. Endividamento

A Companhia financia liquidez e necessidades de capital principalmente com recursos propiciados pelas suas operações e mediante financiamento externo e interno, visando à ampliação e à modernização dos negócios de telecomunicações. É importante ressaltar que a Companhia busca investir em projetos e, para tanto, utiliza linhas de financiamento disponíveis no mercado, que façam sentido na estrutura de capital da Controladora, no que tange à alavancagem financeira frente ao retorno dos projetos. Salienta-se que as perspectivas de financiamentos, bem como as disponibilidades de caixa, serão suficientes para atendimento ao plano de investimentos do exercício.

Os pagamentos ocorridos no ano totalizaram R\$ 31,8 milhões, sendo R\$ 5,8 milhões de principal e R\$ 26,0 milhões de encargos.

A composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures em curto e longo prazo é:

	Curto Prazo		Longo Prazo					Após 2024	Total
	2019	2020	2021	2022	2023	2024			
Empréstimos e Financiamentos	5.799	4.773	-	-	-	-	-	10.572	
Debêntures	8.612	9.191	18.383	278.552	52.079	52.097	-	418.914	
Total	14.411	13.964	18.383	278.552	52.079	52.097	-	429.486	

4.7. Lucro Líquido

Em 2018, a Copel Telecom obteve o lucro líquido de R\$ 32,1 milhões, sendo 40,6% inferior ao obtido no exercício anterior, de R\$ 54,1 milhões.

Do lucro líquido verificado no exercício de 2018, apurado de acordo com a legislação societária, a Companhia propõe para pagamento de Dividendos Anuais o montante de R\$ 16,3 milhões, na forma de Juros sobre o Capital Próprio em substituição aos dividendos, representando um valor líquido de R\$ 13,8 milhões. A data do pagamento será deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

4.8. Programa de Investimentos

Visando um melhor atendimento aos clientes e uma rede robusta, a Copel Telecom vem realizando investimentos anuais, conforme o seu programa de investimentos, a seguir:

Ano	Previsto (R\$ milhões)	Realizado (R\$ milhões)	Aprovação
2018	340,2	309,4	173ª Reunião Ordinária do CAD da Controladora - 13/12/2017
2019	290,2	-	41ª Reunião Ordinária do CAD da Copel Telecomunicações S.A. - 13/11/2018

5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

5.1. Recursos humanos

Os 478 empregados do quadro próprio da Copel Telecom estão distribuídos em três carreiras: profissional de nível médio (141 empregados), profissional técnico de nível médio (199 empregados) e profissional de nível superior (138 empregados). A Companhia vem redimensionando seu quadro funcional, tendo admitido 2 novos empregados em 2018, mediante concurso público. Durante o mesmo período, 34 empregados desligaram-se da Companhia. A taxa de rotatividade foi de 2,8% em 2018 e 2,7% em 2017.

A queda expressiva no saldo do quadro funcional é decorrente da reestruturação organizacional que a Copel Telecom passou em Julho/2018, extinguindo uma superintendência (STI) e movimentando 129 empregados para outras Subsidiárias Integrais (SI's). Dos 34 empregados desligados, 29 foram por meio do Programa de Demissão Incentivada (PDI); e outros 5 por Demissão a Pedido do empregado.

• Desenvolvimento de Pessoal

Em uma era em que as pessoas e seu conhecimento tornaram-se o principal diferencial competitivo das empresas, incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando sempre com profissionais qualificados e experientes, é a estratégia da Copel Telecom em face desse desafio, permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira. Para isso, são promovidas diversas ações de educação que vão desde treinamentos básicos até cursos de pós-graduação e o desenvolvimento de pesquisa. Essas ações são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, workshops, congressos, etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A Copel Telecom também oferece treinamentos para empregados terceirizados, desde que previstos em contrato ou por interesse da Companhia, voltados para integração e atividades específicas a serem realizadas pelos profissionais em sua prestação de serviços à Companhia.

O modelo de Educação Corporativa tem como fundamento a atuação sinérgica e cooperativa da Universidade Corporativa e das áreas de treinamento das subsidiárias integrais, focando a competitividade e a rentabilidade dos negócios.

As ações de educação de cunho corporativo (programas de integridade, sustentabilidade, capacitação em língua estrangeira, liderança, preparação para o futuro, integração, entre outros) são coordenadas pela

UniCopel e têm como objetivo a construção de aprendizado focado em áreas de conhecimento que estão diretamente alinhadas às competências organizacionais e aos negócios da Companhia.

Destacamos em 2018, a expansão das ações de Educação à Distância da Copel, a continuidade da execução do Programa de Liderança e o fortalecimento dos Programas de Integridade e Acessibilidade.

Educação à Distância da Copel Telecom

Em 2018, houve um aumento na quantidade de cursos à distância ofertados tanto pela UniCopel como pelas áreas de treinamento das subsidiárias integrais. O uso desta modalidade de educação tem permitido acesso de mais pessoas ao conhecimento, para melhoria das suas atividades e para seu desenvolvimento pessoal e profissional. Além disso, a educação à distância tem sido uma poderosa aliada na comunicação de informações relevantes e/ou obrigatórias a todo corpo de empregados como foi o caso do Código de Conduta, da Gestão de Custos e da Lei Anticorrupção.

Para suportar o crescimento do uso desta modalidade, a UniCopel fez várias melhorias na plataforma de educação à distância no último ano e tem estudado novas ferramentas e metodologias para incrementar o aprendizado e os resultados obtidos por este meio.

Programa Liderança Transformadora

O programa Liderança Transformadora, implantado em 2016, teve continuidade em 2017 e se estendeu em 2018. O grande objetivo do programa tem sido formar líderes preparados para a gestão responsável dos negócios e das pessoas, sem diminuir a atenção com o bem estar e o desenvolvimento das equipes.

As ações educacionais presenciais do programa em 2018 foram direcionadas para os novos gerentes, que ainda não haviam participado de nenhuma ação em 2017, num esforço para alinhá-los à nova cultura que vem sendo construída. Também foram realizados cursos à distância para todo o corpo gerencial em temas bastante relevantes para a Companhia: diversidade, sustentabilidade, inovação e gestão emocional, além da realização de um grande encontro para todos os líderes da Copel Telecom, onde os diretores da Companhia discutiram com o corpo gerencial temas estratégicos para o sucesso dos negócios.

Programa de Acessibilidade

O compromisso da Copel Telecom com a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência – PcD's - no dia a dia da empresa vem de longa data. Reafirmando este compromisso, foram realizados, em 2018, diversos seminários e treinamentos em diferentes cidades do Paraná para conscientizar e sensibilizar os empregados da Companhia sobre as principais dificuldades enfrentados pelos PcD's e apresentar maneiras de melhorar a sua inclusão na Copel Telecom.

Outra ação que reforçou esse compromisso foi o lançamento do curso “Conhecendo a pessoa com deficiência”, uma parceria entre a Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Paraná e a Copel, que buscou disseminar o conhecimento sobre PcD's e promover cultura de inclusão.

Outros programas

Além dos programas próprios de treinamento e capacitação, a Companhia incentiva a formação de seus profissionais por meio das seguintes iniciativas:

- Programa de Capacitação em Língua Estrangeira - instituído em 2012, é destinado aos empregados que executam atividades nas quais outro idioma é exigido.
- Cursos de pós-graduação - visa o desenvolvimento profissional em temas específicos e estratégicos com foco na produção de pesquisas, dissertações, teses, gerando inovações e melhorias para a Companhia.

• Benefícios

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas; e complementação de auxílio doença. Além desses, à partir de outubro/2018 os empregados, opcionalmente, podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, com consequente redução salarial, conforme critérios previstos em norma interna. Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

• Política salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010, sendo o montante distribuído de forma igualitária a todos os empregados. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2018 (R\$ 2.026,70) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 954,00) era de 2,12 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Relações trabalhistas**

A Controladora se relaciona com os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro), esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. O cumprimento das cláusulas dos ACTs mitiga possíveis problemas com sindicatos e empregados. Além disso, as dispensas por justa causa são precedidas de processo administrativo sumário, regulado por norma administrativa interna, que garante ao empregado o direito a ampla defesa.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel Telecom é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, anualmente, é aprimorado segundo as melhores práticas do mercado e os aprendizados internos apresentados pela Holding e pelas Subsidiárias Integrais. Em 2018, 100% dos empregados considerados aptos foram submetidos à avaliação de desempenho.

5.2. Fornecedores

Os fornecedores da Copel Telecom devem respeitar a legislação vigente no País em todos os seus âmbitos. A exigência de conformidade está expressa no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em cláusulas contratuais, nos manuais de cadastramento de fornecedores e nas normas e manuais técnicos, permanentemente disponibilizados *online*.

Em 100% dos contratos de cessão de mão de obra, os terceirizados passam por processo de integração, no qual a Copel Telecom destaca suas demandas contratuais em relação a questões socioambientais, de direitos humanos e trabalhistas, de acessibilidade e inclusão e de combate ao trabalho infantil. O descumprimento pode implicar em sanções administrativas, como multas, rescisão contratual ou, até mesmo, o impedimento, por até dois anos, de participar de novas licitações da Companhia.

Desde 2009, a Copel Telecom mantém em seus contratos uma cláusula padrão de responsabilidade socioambiental. A partir de 2016, as contratações passaram a ser acompanhadas de Declaração de Idoneidade e de Responsabilidade Social. Em 2018, passou a vigorar um novo modelo de contrato, que inclui também aspectos de direitos humanos, com destaque para o cumprimento dos 10 Princípios do Pacto Global.

Dependendo do objeto a ser contratado, algumas cláusulas específicas relativas a requisitos ambientais são inseridas nas minutas que acompanham o edital quando de sua publicação.

5.3. Clientes

A Copel Telecom acredita que a perenidade do seu modelo de negócio depende do diálogo permanente com os diversos públicos: acionistas, consumidores, empregados, fornecedores, governo e comunidades. O relacionamento com todos esses grupos, com qualidade e de maneira transparente, é avaliado pela Companhia como um diferencial competitivo.

Os clientes da Copel Telecom contam com a Ouvidoria como um dos canais de atendimento. É função desse canal acompanhar sugestões, reclamações e denúncias recebidas diretamente pela Companhia; pela ouvidoria da agência reguladora, a Anatel; e pela plataforma da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça; além das demandas apresentadas pelo Procon e pela Ouvidoria Geral do Estado. A meta da Ouvidoria é responder às queixas em até dez dias úteis. Em 2018, 100% das reclamações foram solucionadas. Como resultado, grande parte das manifestações que seriam encaminhadas para entidades externas, como o Procon, a Senacon ou mesmo a Anatel, foram resolvidas pela própria Companhia.

A Copel Telecom foi a operadora de banda larga mais bem avaliada na opinião dos clientes na pesquisa de Satisfação e Qualidade Percebida de 2018 realizada pela Anatel. Para elaborar o ranking das empresas mais bem avaliadas e chegar ao índice de satisfação geral do serviço contratado, são avaliados indicadores como canais de atendimento, oferta do produto, cobrança e qualidade geral, formando a nota de cada empresa. Ao final, os clientes da Copel Telecom deram a nota de 8,35 a maior nota alcançada por uma empresa de banda larga fixa desde a criação da pesquisa.

5.4. Responsabilidade Socioambiental

A responsabilidade social é um compromisso para a Copel, que busca por alternativas que promovam o bem-estar social, alinhadas à legislação e às normas de comportamento. Essas expectativas são frequentemente avaliadas por meio de pesquisas de satisfação (e das manifestações recebidas pelos canais de diálogo e programas de relacionamento).

As diretrizes da Política de Sustentabilidade da Companhia prevêem:

- Promover ações de responsabilidade social norteadas pela missão, pelos valores e pelos compromissos voluntários assumidos.
- Gerir o investimento social privado e de incentivos fiscais com transparência, visando maximizar o retorno social dos recursos investidos.
- Incentivar os empregados a se engajarem em trabalhos voluntários em prol da melhoria da realidade social.
- Promover ações de sensibilização e educação para o público interno e demais partes interessadas relacionadas à sustentabilidade.

- Promover a acessibilidade em todas as suas formas, assegurando todos os direitos das pessoas com deficiência.

Também são executadas ações que visam à valorização da diversidade, à inclusão e ao combate à discriminação em relação a gênero, orientação sexual, raça, crenças, etnia e pessoas com deficiência. Da mesma forma, busca combater a exploração sexual de crianças e adolescentes na cadeia de valor e priorizar os esforços em situações de maior vulnerabilidade, além de eliminar todas as formas de trabalho forçado ou infantil. Internamente, a Copel Telecom procura assegurar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva. Também atua fortemente em questões de acessibilidade.

Quanto à gestão de recursos naturais, a Companhia possui ações para alcançar as metas relativas a água, energia e papel, que fazem parte do Programa Ecoeficiência e tem como objetivo apoiar projetos para redução e melhor aproveitamento desses recursos, sensibilizando as diversas áreas da Companhia e indo ao encontro da diretriz estratégica de obtenção de excelência em custos, processos e qualidade. O programa também atua nas linhas de mobilidade e combustível, e educação e comunicação.

Em 2018, foram realizadas as seguintes iniciativas: teste de dispositivo para redução no consumo de água em vasos sanitários; gestão do consumo de água, energia e combustíveis; e campanhas educativas. Também foi mantida a campanha de incentivo ao uso de etanol na frota de veículos e criada a campanha Copel sem Plástico, com vistas à redução do consumo de copos desse material. Quanto ao uso de energia, o destaque foi a ação para a redução do consumo nos microcomputadores. Com relação à mobilidade, destacaram-se as iniciativas “Dia de Bike ao Trabalho” (11 de maio), “Dia Mundial sem Carro” (semana de 17 a 22 de setembro) - emissões zero (pedestres e ciclistas) e a I Pedalada Interpolos Copel.

Outras informações sobre responsabilidade socioambiental da Companhia podem ser acompanhados no Relato Integrado (www.copel.com/sustentabilidade), onde é demonstrado o desempenho associado à geração de valor nas dimensões social, econômica e ambiental.

6. BALANÇO SOCIAL

BALANÇO SOCIAL ANUAL					
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017					
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)					
		2018		2017	
1 - BASE DE CÁLCULO					
NE 16	Receita Operacional Líquida - ROL	432.926		380.550	
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS					
		% Sobre RL		% Sobre RL	
NE 17.1	Remuneração dos administradores	2.198	0,5	1.953	0,5
	Remuneração dos empregados	65.069	15,0	75.601	19,9
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	8.970	2,1	10.609	2,8
	Encargos sociais compulsórios	21.270	4,9	24.871	6,5
	Plano previdenciário	5.890	1,4	6.464	1,7
	Saúde (Plano assistencial)	9.835	2,3	10.168	2,7
	Capacitação e desenvolvimento profissional	526	0,1	500	0,1
NE 17.1	Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	6.396	1,5	5.129	1,3
	Indenizações Trabalhistas	4.054	0,9	6.091	1,6
(1)	Outros benefícios	619	0,1	1.027	0,3
	Total	124.827	28,8	142.413	37,4
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS					
		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Cultura	607	0,1	579	0,2
	Esporte	113	0,0	74	0,0
	Outros	334	0,1	364	0,1
	Total das contribuições para a sociedade	1.132	0,3	1.091	0,3
	Tributos (excluídos encargos sociais)	-	-	151.042	39,7
	Total	1.132	0,3	152.133	40,0
4 - INDICADORES AMBIENTAIS					
		% Sobre RL		% Sobre RL	
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	54	0,0	184	0,0
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	11	0,0	-	-
	Total	65	0,0	184	0,0
Metas ambientais		2018		Metas 2019	
	- encaminhar 70% dos resíduos industriais para reuso ou reciclagem	(x) não possui metas		(x) não possui metas	
		() cumpre de 0 a 50%		() cumpre de 0 a 50%	
	- encaminhar 50% das cinzas geradas na termelétrica de Figueira encaminhadas para reciclagem	() cumpre de 51% a 75%		() cumpre de 51% a 75%	
(2)		() cumpre de 76% a 100%		() cumpre de 76% a 100%	

NE - Nota Explicativa

	2018			2017		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL						
Empregados no final do período	478			649		
Admissões durante o período	2			10		
Escolaridade dos empregados(as):	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Total Superior e extensão universitária	308	226	82	436	325	111
Total 2º Grau	169	148	21	207	182	25
Total 1º Grau	1	1	0	6	5	1
Faixa etária dos empregados(as):						
De 18 até 30 anos (exclusive)	27			45		
De 30 até 45 anos (exclusive)	250			330		
De 45 até 60 anos (exclusive)	199			265		
60 anos ou mais	2			9		
Mulheres que trabalham na empresa	103			137		
% Mulheres em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de mulheres	10,7			9,5		
em relação ao nº total de gerentes	20,0			21,0		
Negros(as) que trabalham na empresa	55			68		
% Negros(as) em cargos gerenciais:						
em relação ao nº total de negros(as)	7,3			4,4		
em relação ao nº total de gerentes	7,3			4,8		
Portadores(as) de necessidades especiais	6			10		
Dependentes	860			1.035		
(3) Terceirizados	33			36		
(4) Aprendiz (es)	11			2		
(4) Estagiários(as)	36			43		
Nº de processos trabalhistas em andamento no final do exercício	250			236		
Nº de processos trabalhistas encerrados no exercício	90			59		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	13			13		
(5) Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	11			9		
Número total de reclamações e críticas de consumidores:						
na empresa	16.091			39.828		
(6) de segundo nível	5.233			7.461		
na Justiça	126			177		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:						
na empresa	100,0%			99,5%		
(6) de segundo nível	100,0%			100,0%		
na Justiça	16,7%			13,0%		

	2018	Metas 2019
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	serão exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organizará e incentivará

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) O item Outros benefícios é composto por: Auxílio doença complementar, Auxílio maternidade prorrogado, Seguros, Vale transporte excedente e Auxílio invalidez, Morte acidental, Auxílio creche, Auxílio educação, Cultura e Segurança e Medicina no trabalho.

(2) A Copel Telecom irá cumprir as metas dos programas corporativos da Holding.

(3) Este número corresponde ao total de trabalhadores terceirizados contratados no período independentemente do número de horas trabalhadas. Não representa o número de postos de trabalho terceirizados. Também não contempla os terceiros que atuam na expansão do sistema da Copel Telecom.

(4) Não compõem o quadro de empregados.

(5) Calculado através da metodologia empregada no Relatório de Sustentabilidade GRI G4 - indicador LA6.

(6) Inclui as reclamações no Procon, Ouvidoria, Consumidor.gov, Aneel e Anatel julgadas procedentes.

7. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Secretário Executivo WENDELL ALEXANDRE PAES DE ANDRADE DE OLIVEIRA
Membro ANA LETÍCIA FELLER

CONSELHO FISCAL

Presidente GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

Conselheiro Titular DAVID ANTONIO BAGGIO BATISTA
Conselheiro Titular CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO

Conselheiro Suplente JOÃO LUIZ GIONA JUNIOR
Conselheiro Suplente OTAMIR CESAR MARTINS
Conselheiro Suplente JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

DIRETORIA

Diretor Presidente WENDELL ALEXANDRE PAES DE ANDRADE DE OLIVEIRA
Diretor de Finanças RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócios de Atacado e Operações RAFAEL MOURA DE OLIVEIRA (Interino, conforme Circular 009/2019)
Diretor Adjunto VAGA EM ABERTO

CONTADOR

CRC-PR- 039879/O-1 GERONIMO AMILTON THOMAZI



Copel Telecomunicações S.A.

CNPJ/MF 04.368.865/0001-66

Inscrição Estadual 90233099-28

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel

www.copeltelecom.com

Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco A - Mossunguê - Curitiba - PR

CEP 81200-240

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2018

SUMÁRIO

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	3
Balancos Patrimoniais.....	3
Demonstrações de Resultados	5
Demonstrações de Resultados Abrangentes	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
1 Contexto Operacional	9
2 Base de Preparação	9
3 Principais Políticas Contábeis	11
4 Caixa e Equivalentes de Caixa.....	19
5 Clientes	19
6 Tributos	20
7 Depósitos Judiciais.....	24
8 Imobilizado.....	24
9 Intangível	26
10 Obrigações Sociais e Trabalhistas.....	27
11 Empréstimos e Financiamentos	27
12 Debêntures.....	28
13 Benefícios Pós-emprego.....	29
14 Provisões para Litígios e Passivo Contingente.....	35
15 Patrimônio Líquido	37
16 Receita Operacional Líquida.....	39
17 Custos e Despesas Operacionais.....	39
18 Resultado Financeiro	41
19 Instrumentos Financeiros	42
20 Transações com Partes Relacionadas	46
21 Seguros	47
22 Transações que não envolvem caixa	47
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	48
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE RELATÓRIO ANUAL	51

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	19.208	31.977
Clientes	5	49.062	44.453
Outros créditos		6.713	3.100
Estoques		7.801	7.356
Imposto de renda e contribuição social	6.1	4.166	8.154
Outros tributos a recuperar	6.3	9.315	6.825
Despesas antecipadas		101	61
Partes relacionadas		-	76
		96.366	102.002
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Clientes	5	23.006	27.766
Depósitos judiciais	7	14.995	12.376
Outros créditos		104	104
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.2	36.178	18.671
Outros tributos a recuperar	6.3	14.514	10.626
		88.797	69.543
Imobilizado	8	1.071.489	866.489
Intangível	9	16.222	16.707
		1.176.508	952.739
TOTAL DO ATIVO		1.272.874	1.054.741

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (continuação)
 em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
CIRCULANTE			
Obrigações sociais e trabalhistas	10	18.640	25.586
Partes relacionadas	20	-	5.319
Fornecedores		66.492	42.392
Outras obrigações fiscais	6.3	11.362	9.002
Empréstimos e financiamentos	11	5.799	5.936
Debêntures	12	8.612	7.415
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		29.260	15.405
Benefícios pós-emprego	13	2.136	1.900
Outras contas a pagar		1.822	1.556
		144.123	114.511
NÃO CIRCULANTE			
Outras obrigações fiscais	6.3	8.356	7.933
Empréstimos e financiamentos	11	4.773	10.401
Debêntures	12	410.302	392.766
Benefícios pós-emprego	13	33.173	32.869
Provisões para litígios	14	25.603	13.066
		482.207	457.035
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Atribuível aos acionistas da empresa controladora			
Capital social	15.1	316.098	316.098
Adiantamento para futuro aumento de capital		147.125	-
Ajustes de avaliação patrimonial	15.2	7.268	5.998
Reserva legal	15.3	21.921	20.315
Reserva de retenção de lucros	15.3	154.132	140.784
		646.544	483.195
TOTAL DO PASSIVO		1.272.874	1.054.741

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	432.926	380.550
Custos Operacionais	17	(219.733)	(188.362)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		213.193	192.188
Outras Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas com vendas	17	(57.400)	(48.678)
Despesas gerais e administrativas	17	(39.382)	(42.831)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	17	(52.687)	(6.492)
		(149.469)	(98.001)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		63.724	94.187
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	18	16.808	11.828
Despesas financeiras	18	(41.713)	(30.691)
		(24.905)	(18.863)
LUCRO OPERACIONAL		38.819	75.324
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Imposto de renda e contribuição social	6.4	(24.275)	(21.810)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	17.576	538
		(6.699)	(21.272)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		32.120	54.052

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	31.12.2018	31.12.2017
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	32.120	54.052
Outros resultados abrangentes		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Ganhos (perdas) com passivos atuariais benefícios pós-emprego	1.924	(92)
Tributos sobre outros resultados abrangentes	(654)	32
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	1.270	(60)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	33.390	53.992

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Saldo em 1º de janeiro de 2017		316.098	-	6.058	17.612	106.387	-	446.155
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	54.052	54.052
Outros resultados abrangentes								
Perdas atuariais, líquidas de tributos	15.2	-	-	(60)	-	-	-	(60)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(60)	-	-	54.052	53.992
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	15.4	-	-	-	2.703	-	(2.703)	-
Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	(10.311)	(10.311)
Dividendos	15.4	-	-	-	-	-	(6.641)	(6.641)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	34.397	(34.397)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		316.098	-	5.998	20.315	140.784	-	483.195
Ajustes decorrentes da adoção do CPCs 47 e 48	3.9.3	-	-	-	-	-	(866)	(866)
Transferência para a reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	(866)	866	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		316.098	-	5.998	20.315	139.918	-	482.329
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	32.120	32.120
Outros resultados abrangentes								
Ganhos atuariais, líquidos de tributos	15.2	-	-	1.270	-	-	-	1.270
Resultado abrangente total do exercício		-	-	1.270	-	-	32.120	33.390
Recebimento de adiantamento		-	147.125	-	-	-	-	147.125
Destinação proposta à A.G.O.:								
Reserva legal	15.4	-	-	-	1.606	-	(1.606)	-
Juros sobre o capital próprio	15.4	-	-	-	-	-	(16.300)	(16.300)
Reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	14.214	(14.214)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018		316.098	147.125	7.268	21.921	154.132	-	646.544

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		32.120	54.052
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do exercício com a geração de caixa pelas atividades operacionais			
Variações monetárias não realizadas - líquidas		43.802	26.794
Imposto de renda e contribuição social	6.4	24.275	21.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.4	(17.576)	(538)
Depreciação e amortização	17	58.209	39.553
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	13.4	4.434	4.349
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	13.4	11.485	13.104
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	17.3	25.593	11.957
Resultado das baixas de imobilizado	8.2	46.157	4.899
Resultado das baixas de intangível	9.1	321	139
		228.820	176.119
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		(14.326)	6.794
Depósitos judiciais		(1.674)	(696)
Outros créditos		(3.613)	560
Estoques		(445)	1.647
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.988	4.382
Outros tributos correntes a recuperar		(5.828)	(2.017)
Despesas antecipadas		(40)	(10)
Partes relacionadas		76	(76)
		(21.862)	10.584
Aumento (redução) dos passivos			
Obrigações sociais e trabalhistas		(6.946)	4.427
Partes relacionadas		(5.319)	5.251
Fornecedores		3.416	9.329
Outras obrigações fiscais		338	(1.484)
Benefícios pós-emprego	13.4	(13.455)	(14.957)
Outras contas a pagar		266	263
Provisões para litígios quitadas	14.1.1	(307)	(3.070)
		(22.007)	(241)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		184.951	186.462
Imposto de renda e contribuição social pagos		(24.275)	(21.810)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	11.3	(518)	(736)
Encargos de debêntures pagos	12.2	(25.455)	(20.817)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
		134.703	143.099
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de imobilizado		(287.558)	(221.443)
Aquisições de intangível	9.1	(1.235)	(2.200)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
		(288.793)	(223.643)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Ingressos de debêntures emitidas	12	-	220.000
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		147.125	-
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	11.3	(5.804)	(5.798)
Amortizações de principal de contratos de mútuo		-	(85.422)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	(28.910)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
		141.321	99.870
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(12.769)	19.326
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	31.977	12.651
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	19.208	31.977
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(12.769)	19.326

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017
em milhares de reais

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Copel Telecomunicações S.A. (Copel Telecom ou Companhia), com sede na rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bloco A, Curitiba - PR, é sociedade fechada, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), tendo como ramo de atividade:

- i) exploração, prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, sob todas as formas legalmente permitidas, no âmbito do Estado do Paraná e em qualquer localidade onde houver interesse e possibilidade para a Companhia, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações;
- ii) elaboração de estudos, pesquisas, projetos e planejamentos, por conta própria ou de terceiros, na área de telecomunicações, comunicações e naquelas conexas, correlatas, necessárias e/ou úteis à execução destas atividades; e
- iii) prestação de serviços compatíveis com aqueles inerentes às áreas de comunicações e telecomunicações, bem como os que visam a otimização da infraestrutura, das atividades necessárias à operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos.

Contrato de autorização

A Copel Telecom, através dos Termos de Autorização 54/2003 e 305/2012, obteve autorização, com prazo indeterminado, da Anatel para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM em todo território nacional, o que habilita a expansão de suas operações e o desenvolvimento de novos negócios.

2 BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 31.03.2019.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.3 e 8 - Imobilizado;
- NEs nºs 3.4 e 9 - Intangível;
- NEs nº 3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.6 e 14 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 3.7 - Reconhecimento de receita;

- NE nº 5.2 – Perdas de créditos esperadas;
- NE nº 6.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- NE nº 13 - Benefícios Pós-emprego.

2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de termo de autorização; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possuem instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

3.1.3 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 **Estoque (inclusive do ativo imobilizado)**

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores

contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.3 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela vida útil estimada. Os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.4 Intangível

Integram esse ativo os softwares adquiridos de terceiros e os gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

3.4.1 Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.4.2 Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível, são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

3.5.1 Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se a evidência objetiva indica que o evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico.

Redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora de recebíveis.

3.5.2 Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.6 **Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.7 Reconhecimento da receita

3.7.1 Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, de receita de conectividade e tecnologia da informação.

A Companhia reconhece a receita de conectividade pelo valor justo da contraprestação ao longo do tempo, mediante o fornecimento de conectividade de internet de alta velocidade ao cliente. Adicionalmente, reconhece a receita não faturada considerando o período que compreende o último faturamento e o encerramento do mês, por meio de estimativa, com base na última medição efetuada.

A Companhia reconhece receitas de prestação de serviços com contratos com clientes, ao longo do tempo, de acordo com a quantidade de horas trabalhadas ou valor fixo por mês.

3.7.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.8 Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os outros arrendamentos, que não se enquadram nas características acima, são classificados como operacionais.

3.9 Novas normas adotadas a partir deste exercício

Os seguintes pronunciamentos contábeis foram revisados e não tiveram nenhum efeito importante sobre as transações realizadas pela Companhia em períodos anteriores ou posteriores ao início de sua vigência, em 1º.01.2018:

- (i) ICPC 21/IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento;
- (ii) Revisão anual do CPC nº 12/2017 (IASB ciclo 2014-2016).

Além disso, a Companhia adotou as seguintes normas, com efeito nas demonstrações financeiras a partir de 1º.01.2018:

3.9.1 CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Na adoção do CPC 48/IFRS 9 a Companhia aplicou a isenção constante do item 7.2.15 da norma, que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

A nova norma estabeleceu três categorias para classificação e mensuração de ativos financeiros: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais; e (iii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A adoção inicial produziu o seguinte impacto na classificação dos ativos financeiros da Companhia:

Instrumento financeiro	Classificação conforme CPC 38	Nova classificação (CPC 48/IFRS 9)
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Além disso, a norma exige que a Administração da Companhia realize avaliação de seus ativos financeiros com base em doze meses ou por toda a vida do ativo e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. O CPC 48/IFRS 9 definiu o modelo de expectativa de perda no crédito, o qual requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessa expectativa a cada data de reporte, para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Desde a adoção da nova norma a Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes. O efeito no balanço patrimonial em 1º.01.2018, decorrente desta nova prática contábil, está demonstrado na NE nº 3.9.3.

Com relação aos passivos financeiros, o CPC 48/IFRS 9 definiu que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo contra o resultado, que seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, seja apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em incompatibilidade na demonstração do resultado. Tendo em vista que a Companhia não designou passivos financeiros como Valor justo por meio do resultado, não houve impacto na classificação de passivos financeiros.

3.9.2 CPC 47/IFRS 15 – Receita de contratos com clientes

Na adoção do CPC 47/IFRS 15, a Companhia optou por adotar a norma na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura, considerando somente os contratos abertos anteriores à data de aplicação, conforme previsto no Apêndice C do CPC 47, em seus itens C3 (b) e C7.

A norma estabelece que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. Portanto, a entidade reconhece a receita somente quando (ou se) a obrigação de performance for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente.

A norma também determina que quando a Companhia concluir o performance por meio da transferência de bens ou serviços ao cliente antes do pagamento da contraprestação ou antes que o pagamento seja devido, a entidade deve apresentar este direito como ativo de contrato.

O ativo de contrato é definido pela norma como o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferido ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo como por exemplo o seu desempenho futuro.

Os efeitos no balanço patrimonial decorrentes da adoção desta norma estão demonstrados na NE nº 3.9.3.

3.9.3 Efeitos nas demonstrações financeiras

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção inicial do CPC47/IFRS 15 e CPC 48/IFRS 9 foram reconhecidas nos lucros acumulados, no total de R\$ 866, conforme demonstrado a seguir:

	31.12.2017	Efeitos da aplicação do CPC 47	Efeitos da aplicação do CPC 48	01.01.2018
BALANÇO PATRIMONIAL				
Ativo	1.054.741	(1.680)	814	1.053.875
Ativo circulante	102.002	(2.960)	1.233	100.275
Clientes	44.453	(2.960)	1.233	42.726
Outros créditos	3.100	-	-	3.100
Ativo não circulante	952.739	1.280	(419)	953.600
Clientes	27.766	-	-	27.766
Contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	-
Impostos diferidos	18.671	1.280	(419)	19.532
Investimentos	-	-	-	-
Intangível em curso	866.489	-	-	866.489
Passivo	1.054.741	(1.680)	814	1.053.875
Patrimônio líquido	483.195	(1.680)	814	482.329
Atribuível aos acionistas da empresa controladora	483.195	(1.680)	814	482.329
Ajustes de avaliação patrimonial	5.998	-	-	5.998
Lucros acumulados	-	(1.680)	814	(866)

O reconhecimento da receita de ativação ocorre em momento específico de tempo caso o cliente opte pela não fidelização do plano de conectividade. Caso opte pela fidelização, há desconto no montante do valor da prestação do serviço durante o plano e a receita será diferida no período de doze meses. A Companhia avaliou que o ajuste de receita diferida a ser reconhecido em 1º.01.2018 era de R\$ 2.960, com base nos contratos vigentes em 31.12.2017.

3.10 Novas normas que ainda não entraram em vigor

A partir de 1º.01.2019 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

- (i) CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados;
- (ii) CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos financeiros; e
- (iii) Revisão anual do CPC nº 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A Companhia procedeu a uma avaliação sobre a aplicação dessas alterações e não espera impactos significativos em suas demonstrações contábeis pela adoção dos novos requerimentos.

Além disso, as normas abaixo, também vigentes a partir de 1º.01.2019 e não adotadas antecipadamente pela Companhia foram avaliadas, conforme descrito a seguir.

3.10.1 CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo intangível (Ativo de Direito de Uso) e passivo (Outras Contas a Pagar) a valor presente; e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores, impressoras e móveis), a Companhia optará por reconhecer uma despesa de arrendamento em base linear conforme previsto no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Será aplicado o método de transição retrospectivo modificado, o qual não requer a apresentação de informações comparativas, e o passivo e o ativo de direito de uso são reconhecidos pelo valor presente das parcelas remanescentes.

Em 1º.01.2019, a Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de aproximadamente R\$ 10,0 milhões, acarretando uma variação não superior a 1,0% do Ativo total em 31.12.2018, sem impactos no Patrimônio Líquido.

3.10.2 ICPC22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta não aceitação.

A Companhia está avaliando os tratamentos de tributo sobre o lucro e tem a expectativa de que a aplicação da norma não trará impactos significativos em seus resultados.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos conta movimento	3.722	10.943
Aplicações financeiras de liquidez imediata	15.486	21.034
	19.208	31.977

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 60% e 99% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 CLIENTES

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2018	Saldo 31.12.2017
Telecomunicações	53.695	13.189	6.294	73.178	65.769
Empresas do Grupo	2.380	-	388	2.768	7.961
(-) Perdas de créditos esperadas (NE nº 5.2)	(521)	(1.591)	(1.766)	(3.878)	(1.511)
	55.554	11.598	4.916	72.068	72.219
	Circulante			49.062	44.453
	Não circulante			23.006	27.766

5.1 Parcelamento de débitos

Os saldos de parcelamento de débitos estão a valor presente, em 31.12.2018, considerando o montante a ser descontado, as datas de realização, as datas de liquidação e a taxa de desconto, que varia de 1,2416% a 2,1450% a.m.

5.2 Perdas de créditos esperadas

A partir de 1º.01.2018, as perdas de créditos esperadas são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

A Companhia considera o ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, conforme a composição abaixo.

Saldo em 1º.01.2017	Adições	Perdas	Saldo em 31.12.2017	Adições / (reversões)	Perdas	Efeito da aplicação dos novos CPCs	Saldo em 31.12.2018
534	8.309	(7.332)	1.511	12.749	(9.149)	(1.233)	3.878

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

As perdas de créditos esperadas são apresentadas em despesas com vendas, no grupo de Perdas de créditos, provisões e reversões. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas também em despesas com vendas, no grupo de Outros custos e despesas operacionais, líquidos.

6 TRIBUTOS

6.1 Imposto de renda e contribuição social

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante		
IR e CSLL a compensar	28.441	29.964
IR e CSLL a compensar com o passivo	(24.275)	(21.810)
	4.166	8.154
Passivo circulante		
IR e CSLL a recolher	24.275	21.810
IR e CSLL a compensar com o ativo	(24.275)	(21.810)
	-	-

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

6.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista base tributável positiva, para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

6.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 1º.01.2017	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2017	Reconhecido no resultado	Efeito da aplicação dos novos CPCs	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2018
Ativo não circulante								
Planos previdenciário e assistencial	10.863	901	32	11.796	851		(654)	11.993
Provisões para litígios	4.315	253	-	4.568	4.138		-	8.706
Perdas de créditos esperadas	182	331	-	513	1.224	(419)	-	1.318
Programa de desligamentos voluntários	-	1.054	-	1.054	(1.054)		-	-
Provisão para perdas tributárias	-	-	-	-	11.340		-	11.340
Provisão para participação nos lucros	1.585	160	-	1.745	430		-	2.175
INSS - liminar sobre depósito judicial	2.512	185	-	2.697	144		-	2.841
Outros	202	42	-	244	222	1.004	-	1.470
	19.659	2.926	32	22.617	17.295	585	(654)	39.843
(-) Passivo não circulante								
Efeitos CPC 08 - custo de transação	752	2.084	-	2.836	(570)		-	2.266
Atualização - Depósito Judicial	806	304	-	1.110	289		-	1.399
	1.558	2.388	-	3.946	(281)	-	-	3.665
Líquido	18.101	538	32	18.671	17.576	585	(654)	36.178

6.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes, decorrentes de diferenças temporais, está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 31.03.2019. A composição dos principais créditos é como segue:

- valores constituídos sobre benefícios pós-emprego serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados a Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- valores constituídos sobre as provisões para litígios serão realizados conforme ocorram as decisões judiciais;
- Valores constituídos sobre a provisão para redução ao valor recuperável de ativos serão realizados pela amortização e/ou depreciação do ativo reduzido;
- Os demais valores constituídos serão realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	Ativo	Passivo
2019	5.435	566
2020	2.241	566
2021	2.241	566
2022	1.630	566
2023	1.630	-
2024 A 2026	4.888	-
2027 a 2029	21.778	1.401
	39.843	3.665

6.3 Outros tributos a recuperar e outras obrigações fiscais

	31.12.2018	31.12.2017
Ativo circulante		
ICMS a recuperar	9.313	6.825
	9.315	6.825
Ativo não circulante		
ICMS a recuperar	14.091	10.558
PIS/Pasep e Cofins	331	-
Outros tributos a compensar	92	68
	14.514	10.626
Passivo circulante		
ICMS a recolher	3.302	2.309
PIS/Pasep e Cofins a recolher	2.423	2.021
IRRF sobre JSCP	2.445	1.547
Outros tributos	3.192	3.125
	11.362	9.002
Passivo não circulante		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial	8.356	7.933
	8.356	7.933

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens são apresentados deduzido do custo de aquisição dos respectivos ativos.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

6.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	31.12.2018	31.12.2017
Lucro antes do IRPJ e CSLL	38.819	75.324
IRPJ e CSLL (34%)	(13.198)	(25.610)
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	5.542	3.506
Despesas indedutíveis	(1)	(40)
Incentivos fiscais (a)	1.182	1.025
Outros	(224)	(153)
IRPJ e CSLL correntes	(24.275)	(21.810)
IRPJ e CSLL diferidos	17.576	538
Alíquota efetiva - %	17,3%	28,2%

(a) Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, Programa Nacional de Apoio e Atenção Oncológica - PRONON e Auxílio Maternidade Estendida

7 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2018	31.12.2017
Fiscais (a)	12.617	10.628
Trabalhistas	2.007	1.387
Cíveis	371	361
	14.995	12.376

a) Fiscais

Refere-se ao questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais.

8 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas registram no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais, para os serviços de telecomunicações.

8.1 Imobilizado por classe de ativos

	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2018	Custo	Depreciação acumulada	31.12.2017
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	1.375.309	(429.110)	946.199	772.904	(400.378)	372.526
Edificações	5.164	(1.729)	3.435	3.489	(1.612)	1.877
Terrenos	181	-	181	181	-	181
Veículos e aeronaves	4.748	(4.621)	127	6.316	(6.007)	309
Móveis e utensílios	10.666	(4.147)	6.519	6.240	(3.381)	2.859
	1.396.068	(439.607)	956.461	789.130	(411.378)	377.752
Em curso						
Custo	115.028	-	115.028	488.737	-	488.737
	115.028	-	115.028	488.737	-	488.737
	1.511.096	(439.607)	1.071.489	1.277.867	(411.378)	866.489

8.2 Mutação do imobilizado

	Saldo em 1º.01.2018	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Capitalizações	Transferências	Saldo em 31.12.2018
Em serviço							
Máquinas e equipamentos	372.526	-	(53.987)	(43.283)	670.943	-	946.199
Edificações	1.877	-	(116)	-	1.674	-	3.435
Terrenos	181	-	-	-	-	-	181
Veículos e aeronaves	309	-	(170)	(12)	-	-	127
Móveis e utensílios	2.859	-	(833)	(19)	4.512	-	6.519
	377.752	-	(55.106)	(43.314)	677.129	-	956.461
Em curso							
Custo	488.737	308.242	-	(2.843)	(677.129)	(1.979)	115.028
	488.737	308.242	-	(2.843)	(677.129)	(1.979)	115.028
	866.489	308.242	(55.106)	(46.157)	-	(1.979)	1.071.489

	Saldo em 1º.01.2017	Aquisições/ Impairment	Depreciação	Baixas	Capitalizações/ Transferências	Saldo em 31.12.2017
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	255.749	-	(34.064)	(1.844)	152.685	372.526
Edificações	1.988	-	(111)	-	-	1.877
Terrenos	181	-	-	-	-	181
Veículos e aeronaves	671	-	(362)	-	-	309
Móveis e utensílios	3.056	-	(462)	(8)	273	2.859
	261.645	-	(34.999)	(1.852)	152.958	377.752
Em curso						
Custo	405.798	238.944	-	(3.047)	(152.958)	488.737
	405.798	238.944	-	(3.047)	(152.958)	488.737
	667.443	238.944	(34.999)	(4.899)	-	866.489

8.3 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no imobilizado durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 3.034 mil (R\$ 2.297 em 2017).

8.4 Taxas médias de depreciação

Em 2018, a Administração da Companhia, julgou necessário reavaliar a estimativa de vida útil dos ativos relacionados ao negócio de telecomunicações.

Com isso, foram alteradas algumas taxas de depreciação, as quais foram aplicadas no exercício de 2018 e de forma prospectiva.

Taxas médias de depreciação (%)	31.12.2018	31.12.2017
Administração central		
Edificações	3,35	3,33
Máquinas e equipamentos de escritório	6,25	6,25
Móveis e utensílios	6,25	6,25
Veículos	14,29	14,29
Telecomunicações		
Equipamentos de transmissão	4,77	6,36
Equipamentos terminais	9,96	12,09
Infraestrutura	10,37	7,45

Ressalta-se que as alterações foram realizadas a partir da competência de outubro de 2018 e seus efeitos serão tratados de forma prospectiva, conforme disposto no CPC 27 que trata de registros do ativo imobilizado observado ainda o CPC 23 que trata de revisão de estimativas.

9 INTANGÍVEL

9.1 Mutação do intangível

	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2017	14.664	5.079	19.743
Aquisições		2.200	2.200
Transferências do imobilizado	105	-	105
Transferências de investimentos	600	(600)	-
Quotas de amortização (a)	(5.148)		(5.148)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(54)	-	(54)
Baixas	(18)	(121)	(139)
Em 31.12.2017	10.149	6.558	16.707
Aquisições	-	1.235	1.235
Transferências do imobilizado	112	1.979	2.091
Capitalizações para intangível em serviço	6.175	(6.175)	-
Quotas de amortização (a)	(3.467)	-	(3.467)
Quotas de amortização - créditos de PIS/Pasep e Cofins	(23)	-	(23)
Baixas	(190)	(131)	(321)
Em 31.12.2018	12.756	3.466	16.222

(a) Taxa anual de amortização: 20%.

9.2 Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados

Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures capitalizados no intangível durante o exercício de 2018 totalizaram R\$ 43 (R\$ 4.497 durante 2017).

10 OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações sociais		
Impostos e contribuições sociais	3.437	4.150
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	1.926	2.689
	5.363	6.839
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	2	51
Férias	6.879	9.101
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	6.396	5.129
Programa de desligamentos voluntários	-	3.101
Outros	-	1.365
	13.277	18.747
	18.640	25.586

11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

11.1 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Pagamento de encargos	Valor do contrato	31.12.2018	31.12.2017
Finep								
21120105-00	17.07.2012	81	15.10.2020	4%	Mensal	35.095	5.730	8.855
21120105-00	17.07.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	Mensal	17.103	4.842	7.482
							10.572	16.337
						Circulante	5.799	5.936
						Não circulante	4.773	10.401

Destinação: Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band - UWB*).

Garantias: Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação.

11.2 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2018	Total
2020	4.773
	4.773

11.3 Mutação de empréstimos e financiamentos

	Total
Em 1º.01.2017	22.026
Encargos	775
Variação monetária e cambial	70
Transferências	-
Amortização - principal	(5.798)
Pagamento - encargos	(736)
Em 31.12.2017	16.337
Encargos	557
Variação monetária e cambial	-
Transferências	-
Amortização - principal	(5.804)
Pagamento - encargos	(518)
Em 31.12.2018	10.572

12 DEBÊNTURES

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2018	31.12.2017	
			inicial	final					
(1) 1ª	15.10.2015	5	15.10.2020	15.10.2024	IPCA + 7,9633%	160.000	186.783	184.506	
(2) 2ª	15.07.2017	1	-	15.07.2022	IPCA + 5,4329%	220.000	232.131	215.675	
							418.914	400.181	
							Circulante	8.612	7.415
							Não circulante	410.302	392.766

Características

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços estritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Pagamento de encargos financeiros

- (1) Juros semestrais - janeiro e julho.
 (2) Juros semestrais - abril e outubro.

Destinação: Implantação, ampliação e modernização de rede de telecomunicações.

Garantias: Fidejussória.

Interveniente garantidora: Copel

Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

12.1 Vencimentos das parcelas de longo prazo

31.12.2018	Total
2020	9.191
2021	18.383
2022	278.552
2023	52.079
2024	52.097
	410.302

12.2 Mutação das debêntures

	Consolidado
Em 1º.01.2017	174.184
Ingressos	220.000
Encargos	26.814
Pagamento - encargos	(20.817)
Em 31.12.2017	400.181
Encargos e variação monetária	44.188
Pagamento - encargos	(25.455)
Em 31.12.2018	418.914

12.3 Cláusulas contratuais restritivas - *covenants*

A Copel Telecom emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores.

Até 31.12.2018, todas as condições acordadas foram integralmente atendidas.

13 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

13.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da controladora.

13.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

13.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Planos previdenciários	37	57
Planos assistenciais	35.272	34.712
	35.309	34.769
Circulante	2.136	1.900
Não circulante	33.173	32.869

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2018	31.12.2017
Empregados		
Planos previdenciários	5.687	6.312
Plano assistencial - pós-emprego	4.434	4.349
Plano assistencial - funcionários ativos	5.389	5.809
(-) Transferências para imobilizado e intangível em curso	(1.833)	(1.833)
	13.677	14.637
Administradores		
Planos previdenciários	203	152
Plano assistencial	12	11
	215	163
	13.892	14.800

13.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

	Total
Em 1º.01.2017	32.181
Apropriação do cálculo atuarial	4.349
Contribuições previdenciárias e assistenciais	13.104
Ajuste referente a (ganhos) perdas atuariais	92
Amortizações	(14.957)
Em 31.12.2017	34.769
Apropriação do cálculo atuarial	4.434
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	11.485
Ajuste referente a (ganhos) perdas atuariais	(1.924)
Amortizações	(13.455)
Em 31.12.2018	35.309

13.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

13.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2018 e 2017, estão demonstradas a seguir:

	2018		2017	
	Real	Nominal	Real	Nominal
Econômicas				
Inflação a.a.	-	4,00%	-	4,50%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.				
Planos Unificado	4,60%	8,78%	5,18%	9,91%
Planos III	4,60%	8,78%	5,25%	9,99%
Planos Assistencial	4,60%	8,78%	5,25%	9,99%
Crescimento salariais				
Plano Unificado a.a.	2,00%	6,08%	2,00%	6,59%
Plano III a.a.	1,50%	5,56%	1,50%	6,07%
Demográficas				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

13.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2018		
Participantes aposentados	14,37	22,74
Participantes pensionistas	15,68	27,21
Em 31.12.2017		
Participantes aposentados	14,92	23,01
Participantes pensionistas	16,37	27,99

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 67,3 e 66,8 anos.

13.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2018 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 11.081 e de R\$ 1.602 enquanto que, em 31.12.2017, a posição era, respectivamente, de R\$ 13.732 e de R\$ 4.357. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2018, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2018	31.12.2017
Obrigações total ou parcialmente cobertas	161.129	106.804	41.622	309.555	281.079
Valor justo dos ativos do plano	(172.210)	(108.406)	(6.349)	(286.965)	(264.456)
Estado de cobertura do plano	(11.081)	(1.602)	35.273	22.590	16.623
Ativo não reconhecido	11.081	1.602	-	12.683	18.089
	-	-	35.273	35.273	34.712

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2018, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 1.924,

correspondente a uma redução apurada naquela data base.

13.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2017	141.574	73.495	38.864
Custo de serviço	114	813	690
Custo dos juros	16.074	8.306	4.420
Benefícios pagos	(7.083)	(5.478)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	1.366	10.277	(2.353)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2017	152.045	87.413	41.621
Custo de serviço	163	1.271	967
Custo dos juros	15.103	9.879	4.135
Benefícios pagos	(11.323)	(6.641)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	5.141	14.882	(5.101)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2018	161.129	106.804	41.622

13.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2017	156.832	87.159	6.914
Retorno esperado dos ativos	15.533	9.850	968
Contribuições e aportes	532	813	-
Benefícios pagos	(7.083)	(5.478)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(37)	(574)	(973)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2017	165.777	91.770	6.909
Retorno esperado dos ativos	16.224	11.484	670
Contribuições e aportes	656	452	-
Benefícios pagos	(11.323)	(6.641)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	876	11.341	(1.230)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2018	172.210	108.406	6.349

13.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2019 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	2019
Custo do serviço corrente	173	260	820	1.253
Custo estimado dos juros	14.908	9.052	3.865	27.825
Rendimento esperado do ativo do plano	(14.778)	(9.001)	(726)	(24.505)
Contribuições estimadas dos empregados	(52)	(130)	-	(182)
Custos (receitas)	251	181	3.959	4.391

13.5.7 Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(6.405)	9.832
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(6.701)	6.701
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	2.914	(2.722)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	57	(54)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(20)	30
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(132)	132

13.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2019	7.447	6.806	1.034	15.287
2020	7.224	9.876	1.334	18.434
2021	7.045	10.683	1.430	19.158
2022	6.828	10.784	1.463	19.075
2023	6.585	10.741	1.444	18.770
2024 a 2048	80.808	178.519	23.779	283.106

13.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial da Companhia no final de 2018 e a alocação-meta para 2019, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2019	2018
Renda fixa	77,8%	87,8%
Renda variável	5,7%	7,0%
Empréstimos	2,0%	1,6%
Investimentos imobiliários	3,8%	1,6%
Investimentos estruturados	8,1%	2,0%
Investimentos no exterior	2,6%	0,0%
	100,0%	100,0%

Adicionalmente, são apresentadas informações adicionais referentes a alocação de ativos de planos

previdenciários patrocinados pela Companhia.

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (a)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	91,0%	57,0%	60,0%	33,0%
Renda variável	2,5%	1,0%	10,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	4,0%	1,0%
Investimentos imobiliários	3,0%	1,0%	5,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	15,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	6,0%	0,0%

(a) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

14 PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE

A Companhia responde diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro, sendo que a resolução final depende das conclusões dos processos judiciais. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

14.1 Provisões para litígios

14.1.1 Mutação das provisões para litígios das ações consideradas como de perda provável

	Saldo em 1º.01.2018	Resultado		Quitações	Saldo em 31.12.2018
		Adições	Reversões		
Fiscais	942	1.075	-	-	2.017
Trabalhistas (a)	10.964	13.738	(2.119)	(77)	22.506
Benefícios a empregados (b)	984	19	(89)	-	914
Cíveis e direito administrativo	176	220	-	(230)	166
	13.066	15.052	(2.208)	(307)	25.603

	Saldo em 1º.01.2017	Resultado		Quitações	Saldo em 31.12.2017
		Adições	Reversões		
Fiscais	854	88	-	-	942
Trabalhistas (a)	10.611	4.398	(1.386)	(2.659)	10.964
Benefícios a empregados (b)	531	1.332	(879)	-	984
Cíveis	492	247	(152)	(411)	176
	12.488	6.065	(2.417)	(3.070)	13.066

14.1.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) **Trabalhistas**

Ações movidas por empregados e ex-empregados da Copel Telecom, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

b) **Benefícios a empregados**

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel Telecom contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia, na medida em que forem necessários aportes complementares.

14.2 **Passivo contingente**

14.2.1 Classificação das ações consideradas como de perda possível

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. A seguir, informações sobre a natureza e as potenciais perdas dos passivos contingentes da Companhia:

	31.12.2018	31.12.2017
Fiscais (a)	34.065	30.989
Trabalhistas (b)	16.309	14.276
Benefícios a empregados (c)	1.094	1.207
Cíveis	2.515	990
Regulatórias (d)	-	1.813
	53.983	49.275

14.2.2 Descrição da natureza e/ou informações sobre as principais ações

a) Fiscais

Ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute sua incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento. As principais ações são relacionadas ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – Fust (Anatel) e do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico de Telecomunicações – Funttel (Ministério das Comunicações).

b) Trabalhistas

Ações movidas por empregados e ex-empregados da Copel Telecom, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

c) Benefícios a empregados

Ações de reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados da Copel Telecom contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos para a Companhia e suas subsidiárias integrais, na medida em que forem necessários aportes complementares.

d) Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativas e judicial notificações do Órgão Regulador (Anatel) sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1 Capital social

O capital social integralizado em 31.12.2018 monta a R\$ 316.098 (R\$ 316.098, em 31.12.2017) e é composto por 316.096.899 ações (sem valor nominal), todas ordinárias e pertencentes à Copel.

No ano de 2018 a Controladora efetuou diversos Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC), totalizando R\$ 147.125.

15.2 Ajustes de avaliação patrimonial

Nessa conta foram registrados os ajustes decorrentes dos passivos atuariais.

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

	Total
Em 1º.01.2017	6.058
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	(92)
Tributos sobre os ajustes	32
Em 31.12.2017	5.998
Passivos atuariais	
Benefícios pós-emprego	1.924
Tributos sobre os ajustes	(654)
Em 31.12.2018	7.268

15.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos.

15.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2018	31.12.2017
(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios 25% (30% em 2017)		
Lucro líquido do exercício	32.120	54.052
Reserva legal (5%)	(1.606)	(2.703)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	30.514	51.349
	7.629	15.405
(2) Distribuição total proposta (3+5)	16.300	16.952
(3) Juros sobre o capital próprio, brutos	16.300	10.311
Imposto de renda retido na fonte	(2.445)	(1.547)
(4) Juros sobre o capital próprio, líquidos	13.855	8.764
(5) Dividendos propostos	-	6.641
(6) Distribuição total proposta, líquida (4+5)	13.855	15.405
(7) Dividendo adicional proposto (6-1)	6.226	-
(8) Dividendos intermediários ou pagamentos antecipados referendados pelo CAD	13.855	8.764
(9) Dividendos intermediários ou pagamentos antecipados superiores aos mínimos obrigatórios (8-1)	6.226	-

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado no momento do seu registro em contas a pagar.

16 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2018
Receita de conectividade	540.626	(19.673)	(125.229)	-	395.724
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	19.575	(1.811)	-	(979)	16.785
Serviços de Ativação	9.377	(1.099)	-	(499)	7.779
Implantação de Rede Óptica	1.876	(220)	-	(100)	1.556
Serviços de remanejamento	467	(55)	-	(25)	387
Visita improdutiva	606	(71)	-	(32)	503
Receita de Programa de fidelidade do cliente	169	(6)	-	-	163
Manutenção	4.239	(497)	-	(226)	3.516
Aluguéis	6.920	(640)	-	-	6.280
Outras receitas	290	(34)	-	(23)	233
Total	584.145	(24.106)	(125.229)	(1.884)	432.926

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2017
Receita de conectividade	437.433	(15.627)	(99.460)	-	322.346
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	37.762	(3.493)	-	(1.888)	32.381
Serviços de Ativação	8.241	(798)	-	(343)	7.100
Implantação de Rede Óptica	1.891	(183)	-	(79)	1.629
Serviços de remanejamento	375	(36)	-	(16)	323
Visita improdutiva	191	(18)	-	(8)	165
Receita de Programa de fidelidade do cliente	6.349	(227)	-	-	6.122
Manutenção	4.162	(402)	-	(173)	3.587
Aluguéis	7.595	(703)	-	-	6.892
Outras receitas	5	-	-	-	5
Total	504.004	(21.487)	(99.460)	(2.507)	380.550

17 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2018
Pessoal e administradores (NE nº 17.1)	(60.292)	(12.326)	(19.854)	-	(92.472)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 13.3)	(9.276)	(1.779)	(2.837)	-	(13.892)
Material	(1.426)	(42)	(295)	-	(1.763)
Serviços de terceiros (NE nº 17.2)	(67.778)	(15.659)	(7.690)	-	(91.127)
Depreciação e amortização	(57.452)	(10)	(747)	-	(58.209)
Perdas de créditos e provisões (NE nº 17.3)	-	(12.749)	-	(12.844)	(25.593)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE nº 17.4)	(23.509)	(14.835)	(7.959)	(39.843)	(86.146)
	(219.733)	(57.400)	(39.382)	(52.687)	(369.202)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais, líquidas	31.12.2017
Pessoal e administradores (NE nº 17.1)	(72.992)	(13.211)	(21.671)	-	(107.874)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 13.3)	(10.468)	(1.706)	(2.626)	-	(14.800)
Material	(1.384)	(335)	(1.259)	-	(2.978)
Serviços de terceiros (NE nº 17.2)	(47.610)	(11.934)	(8.068)	-	(67.612)
Depreciação e amortização	(39.178)	(11)	(364)	-	(39.553)
Perdas de créditos e provisões (NE nº 17.3)	-	(8.309)	-	(3.648)	(11.957)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (NE nº 17.4)	(16.730)	(13.172)	(8.843)	(2.844)	(41.589)
	(188.362)	(48.678)	(42.831)	(6.492)	(286.363)

17.1 Pessoal e administradores

	31.12.2018	31.12.2017
Pessoal		
Remunerações	54.831	64.990
Encargos sociais	17.191	20.624
Auxílio alimentação e educação	7.195	8.825
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados (a)	6.396	5.129
Programa de desligamentos voluntários	4.054	5.813
	89.667	105.381
Administradores		
Honorários	2.168	1.929
Encargos sociais	607	540
Outros gastos	30	24
	2.805	2.493
	92.472	107.874

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

17.2 Serviços de terceiros

	31.12.2018	31.12.2017
Comunicação, processamento e transmissão de dados	67.443	45.447
Atendimento a consumidores-serviços	10.440	9.527
Manutenção de instalações	3.686	4.985
Consultoria e auditoria	921	2.774
Outros serviços	8.637	4.879
	91.127	67.612

17.3 Perdas de crédito, provisões e reversões

	31.12.2018	31.12.2017
Provisão para litígios (NE nº 14.1.1)	12.844	3.648
Perdas de créditos esperadas (NE nº 5.2)	12.749	8.309
	25.593	11.957

17.4 Outros custos e despesas operacionais, líquidos

	31.12.2018	31.12.2017
Perdas na desativação e alienação de bens	36.035	-
Arrendamentos e aluguéis (NE nº 17.4.1)	21.853	16.208
Propaganda e publicidade	15.054	8.474
Tributos	6.169	5.382
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	7.035	11.525
	86.146	41.589

17.4.1 Arrendamentos e aluguéis

	31.12.2018	31.12.2017
Compartilhamento de instalações	16.677	11.493
Imóveis	4.286	4.458
Outros	910	300
(-) Créditos de PIS e Cofins	(20)	(43)
	21.853	16.208

17.4.2 Compromissos de arrendamentos e aluguéis

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total 31.12.2018
Imóveis	3.210	4.555	62	7.827
Veículos	921	2.952	-	3.873

18 RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2018	31.12.2017
Receitas financeiras		
Acréscimos moratórios sobre faturas	15.574	7.370
Renda de aplicações financeiras	417	3.193
Outras receitas financeiras	817	1.265
	16.808	11.828
(-) Despesas financeiras		
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	41.674	30.640
Outras despesas financeiras	39	51
	41.713	30.691
Líquido	(24.905)	(18.863)

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2018		31.12.2017	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	19.208	19.208	31.977	31.977
Custo amortizado						
Cientes (a)	5	1	72.068	72.068	72.219	72.219
Total dos ativos financeiros			91.276	91.276	104.196	104.196
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores (a)		1	66.492	66.492	42.392	42.392
Empréstimos e financiamentos (b)	11	2	10.572	10.211	16.337	15.406
Debêntures (c)	12	1	418.914	418.914	400.181	400.181
Total dos passivos financeiros			495.978	495.617	458.910	457.979

Os dois níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Apuração dos valores justos

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, 1,94% a.a. acima da TJLP, para desconto do fluxo de pagamentos esperado

Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2018, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.

19.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

19.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	NE nº	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	19.208	31.977
Cientes (b)	5	72.068	72.219
		91.276	104.196

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Telecom. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os segmentos de clientes com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de serviços de telecomunicações e implementando políticas específicas de cobrança.

19.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus de 08.02.2019, do Banco Central do Brasil - Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2022, repetem-se os indicadores de 2021 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo Total
31.12.2018							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	519	1.034	4.575	4.933	-	11.061
Debêntures	NE nº 12	6.710	-	21.574	481.364	109.364	619.012
Fornecedores		49.270	16.948	171	103	-	66.492
		56.499	17.982	26.320	486.400	109.364	696.565
31.12.2017							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 11	537	1.072	4.746	11.061	-	17.416
Debêntures	NE nº 12	5.638	-	20.676	484.576	128.108	638.998
Fornecedores		25.908	16.378	1	105	-	42.392
		32.083	17.450	25.423	495.742	128.108	698.806

(a) Taxa de juros efetiva - média ponderada.

Conforme divulgado nas NEs nºs 11 e 12, a Companhia têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento dessas obrigações.

Em 31.12.2018, a Companhia apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 47.757 (R\$ 12.509 em 31.12.2017). A Administração vem monitorando a evolução da liquidez e adotando ações para equacionamento da capacidade financeira de curto prazo, preservando os programas de investimentos da Companhia, bem como, buscando o alongamento da dívida.

A Controladora confirma que, na circunstância em que a Copel Telecom apresente dificuldades em honrar seus compromissos de curto prazo, se compromete a aportar recursos em montantes suficientes para que esta empresa consiga liquidar suas obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades.

19.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2018 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação do IPCA - 3,87%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2019 do Relatório Focus do Bacen de 08.02.2019.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2018	Cenários projetados - dez 2019		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Sem Risco	(10.572)	-	-	-
Debêntures	Alta IPCA	(418.914)	(16.212)	(20.265)	(24.318)
		(429.486)	(16.212)	(20.265)	(24.318)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/2008, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2018, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

19.3 Gerenciamento de capital

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

19.3.1 O Endividamento em relação ao patrimônio líquido é o apresentado a seguir:

Endividamento	31.12.2018	31.12.2017
Empréstimos e financiamentos	10.572	16.337
Debêntures	418.914	400.181
(-) Caixa e equivalentes de caixa	19.208	31.977
Dívida líquida	410.278	384.541
Patrimônio líquido	646.544	483.195
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,63	0,80

20 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Controlador								
Estado do Paraná								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	17.479	28.750	-	-	43.067	40.396	-	-
Companhia Paranaense de Energia - Copel								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	2	258	-	-	64	1.515	-	-
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	-	-	29.260	13.281	-	-	-	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	-	5.189	-	-	-	-
Entidade controlada pelo Estado do Paraná								
Sanepar								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	247	24	-	-	4.448	3.699	-	-
Água/esgoto	-	-	-	-	-	-	(11)	(8)
Coligadas da Controladora								
Sercomtel S/A Telecomunicações								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	1.924	2.901	-	-	4.741	4.596	-	-
Arrendamento e aluguéis	10	162	-	-	183	196	-	-
Telefone	-	-	-	-	-	-	(4)	(4)
Foz do Chopim Energética Ltda.								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	-	3	-	-	69	66	-	-
Entidades sob controle comum								
Copel Geração e Transmissão S.A.								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	274	1.622	-	-	5.866	13.076	-	-
Arrendamento e aluguéis	34	76	-	-	1.262	1.286	-	-
Obrigações com partes relacionadas	-	-	-	36	-	-	-	-
Copel Distribuição S.A.								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	1.733	5.781	-	-	28.358	53.212	-	-
Arrendamento e aluguéis	114	126	-	-	2.880	3.151	-	-
Energia elétrica (b)	-	-	-	-	-	-	(653)	(506)
Aluguel de estrutura (c)	-	-	1.358	936	-	-	(14.733)	(11.495)
Obrigações com partes relacionadas	-	-	-	93	-	-	-	-
Copel Renováveis S.A.								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	-	(2)	-	-	-	866	-	-
Arrendamento e aluguéis	-	-	-	-	-	9	-	-
Copel Comercialização S.A.								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	-	83	-	-	-	436	-	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagás								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	2	4	-	-	177	155	-	-
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	17	7	-	-	72	76	-	-
UEGA Araucária Ltda								
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	4	5	-	-	142	136	-	-
Pessoal Chave da Administração								
Honorários e Encargos Sociais (NE nº 17.1)	-	-	-	-	-	-	(2.805)	(2.493)
Planos Previdenciários e assistenciais (NE nº 13.3)	-	-	-	-	-	-	(215)	(163)
Patrocinadora Plano de Benefícios Pós Emprego								
Fundação Copel de Previdência e Assistência Social								
Aluguel de Imóveis Administrativos (d)	-	-	312	349	-	-	(3.689)	(4.051)
Prestação de serviços de telecomunicações (a)	16	28	-	-	227	238	-	-
Arrendamentos e Aluguéis (a)	6	10	-	-	74	78	-	-
Planos Previdenciários e assistenciais	-	-	46.321	34.769	-	-	-	-

- Serviços de telecomunicações prestados e arrendamentos de equipamentos e infraestrutura;
- Energia elétrica consumida nas atividades operacionais, adquirida da Copel Distribuição S.A;
- Aluguel de compartilhamento de postes, pagos à Copel Distribuição S.A; e
- Contrato de aluguel firmado com a Fundação Copel referente ao Pólo KM 3 e edifício localizado a Rua Emiliano Perneta, 756, ambos em Curitiba – PR.

21 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O (a)	28.03.2020	96.870
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2019	52.353
Riscos Nomeados	24.08.2019	27.840
Responsabilidade Civil Geral - Telecomunicações	02.01.2020	2.000
Garantia Judicial	29.01.2021	920
Garantia Judicial	01.01.2020	714
Garantia Judicial	29.09.2020	567
Garantia Judicial	29.01.2021	206
Garantia de Fiel Cumprimento - Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	03.10.2022	176
Garantia Judicial	31.12.2019	165

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa de R\$ 3,8748 do dia 31.12.2018.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: transporte nacional e internacional.

Os seguros de garantia contratados possuem como avalista a Copel.

22 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Conforme a NE nº 8.2, as adições ocorridas no imobilizado totalizaram R\$ 308.242. Deste valor, R\$ 47.161 correspondem ao conjunto de compras efetuadas a prazo e ainda não quitadas até o final do exercício. As transações citadas não envolveram caixa, motivo pelo qual não estão mencionadas na demonstração dos fluxos de caixa.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Copel Telecomunicações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Telecomunicações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Telecomunicações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir

modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE RELATÓRIO ANUAL
DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE
2018 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO
NO EXERCÍCIO DE 2018**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Telecomunicações S.A. - Copel Telecom, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2018. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Curitiba, 31 de março de 2019

GEORGE HERMANN RODOLFO TORMIN

DAVID ANTONIO BAGGIO BATISTA

CLEMENCEAU MERHEB CALIXTO